

## O Patrimônio Arqueológico sob o viés da Tradição: O exemplo dos sítios arqueológicos pré-históricos de Cruz Alta - RS

Fernando Silva de Almeida

### Resumo

Este artigo busca, partindo do trabalho que trata a questão da tradição (COUTINHO, 2005), demonstrar como o patrimônio arqueológico pode ser definidor de identidade. A tradição é vista como um processo de transmissão material que envolve o ato de transmitir e o conteúdo transmitido. Esse conteúdo transmitido poderia ser definido como patrimônio arqueológico pré-histórico, que atua como uma fonte material necessária ao conhecimento sobre a pré-história local. Para isso, é necessário definir o conceito de tradição, e relacioná-lo com o patrimônio arqueológico. Criaremos essas relações baseado no projeto, apresentado no Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade de Pelotas no Rio Grande do Sul, sobre os sítios arqueológicos pré-históricos prospectados no município de Cruz Alta – RS.

**Palavras-Chave:** Tradição, patrimônio arqueológico, arqueologia.

### Introdução

Para que se entenda qual o objetivo desse artigo, é preciso compreender como se criou o conceito de tradição, primeiramente em um sentido jurídico, nos tempos da Roma Antiga. Dessa noção poderemos entender o motivo pelo qual esse conceito se modificou e chegou a ser pensado como “um legado cultural ou, [...], um objeto, o produto da atividade humana, e a sua reprodução ou transmissão no tempo: o processo por meio do qual esse produto é socialmente elaborado” (COUTINHO, 2005, p. 2). Essa definição poderia entrar em ligação com a ideia de patrimônio arqueológico, e, para ser mais específico, com o patrimônio arqueológico pré-histórico, tema do projeto do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Isso porque o patrimônio arqueológico é um legado cultural, produto da atividade humana, que através dos olhos do pesquisador, é trazido à tona como um elemento de ligação entre o presente e o passado.

### O Conceito Romano de Tradição

Vemos que “a palavra ‘tradição’ deriva do latim: *traditio*. Do verbo *tradere*, que significa a ação de transmitir, entregar. Proveniente do direito romano, a expressão denotava originalmente a ideia de transmissão material [...]” (COUTINHO, 2005, p. 1). Nessa época, a expressão era usada sem a intenção de se dar valor a determinados bens materiais que eram transmitidos. O

uso dessa expressão estava voltado muito mais a necessidades jurídicas do que a preocupação com os bens materiais em si. Assim, dentro desse contexto, pode-se perceber que essa transmissão material não dizia respeito à noção de patrimônio e/ou cultura, conceitos que foram utilizados em períodos mais recentes.

Nesse período da antiguidade, o interesse no passado se baseava muito mais nos registros escritos do que nas fontes materiais. O Registro arqueológico não se fazia muito importante devido ao fato de que os grandes monumentos, as ruínas de sociedades mais antigas, os objetos, tinham somente interesses comerciais e religiosos, salvo algumas exceções. Ainda não se pensava no conceito de tradição como justificativa para a preservação de algo que possuía alguma importância arqueológica.

Não havia absolutamente nenhuma consciência de que os vestígios materiais do passado poderiam ser usados para a verificação das inúmeras especulações filosóficas conflitantes, características da civilização clássica, a respeito das origens e das linhas gerais da história humana (TRIGGER, 2004, p. 30)

A ideia de transmissão se aplicava também a outras situações. “[...] Além da acepção jurídica, o vocábulo *tradio* significava, já na Antiguidade, a transmissão de ideias, ensinamentos, práticas, normas e valores, podendo designar tanto a ação de transmitir, [...], quanto o conteúdo transmitido [...]” (COUTINHO, 2005, p. 2). Podemos criar, a partir daí, a relação entre o patrimônio arqueológico (que nesse primeiro momento pode ser definido como o “conteúdo” transmitido) e as ações de “transmissão” desse patrimônio, que seria o exercício de valorização e preservação do mesmo.

### **O Conceito de tradição associado ao Patrimônio Arqueológico**

O conceito de tradição, compreendido aqui como um legado cultural, passou por redefinições durante o tempo. A partir disso, surgiram tentativas de entendimento do patrimônio e da cultura em função do conceito de tradição. Isso porque a tradição, pensada a partir da transmissão material, pode se definir como um processo (o ato de transmitir e o objeto transmitido) e porque aquilo que é transmitido pode ser definido como patrimônio, no que diz respeito àquilo que vem do passado e que é pertencente à nossa história. Segundo Coutinho,

[...], a compreensão da cultura como “tradição” - termo em que coexistem a ideia de processo e de acervo (ou patrimônio) - sugere uma perspectiva dialética de abordagem do fenômeno cultural. Esta perspectiva envolve a consideração de que o processo de transmissão das formas do passado, [...], é uma atividade humana criadora; e de que o patrimônio transmitido, longe de ser um objeto natural ou uma revelação divina, é uma objetivação da ação

humana. Neste sentido, a tradição é compreendida como atividade de seleção, valorização, interpretação e afirmação do acervo cultural legado pelo passado. [...] (2005, pp. 2-3).

Levando em consideração a ideia de transmissão das coisas do passado ao presente, podemos pensar na materialidade que os grupos do passado deixaram, e que temos acesso hoje.

Já se sabe que o que temos de patrimônio não nos faz lembrar diretamente o passado. Isso porque o patrimônio que me refiro, é o patrimônio arqueológico pré-histórico. A memória que temos se dá em relação àquilo que é definido como vestígio do passado, do que podemos coletar informações sobre, ou seja, a cultura material, e não ao passado em si. Também, a noção de transmissão material tem uma situação particular, porque não podemos argumentar que grupos do passado nos transmitiram intencionalmente os seus bens materiais, mas sim que nós somos os responsáveis pelo descobrimento e interpretação desses vestígios do passado. Temos acesso a ele graças aos sítios arqueológicos e o que neles contém.

É importante lembrar que no contexto da criação do termo tradição, a transmissão se dava entre pessoas no presente e também de geração em geração. Hoje pensamos essa transmissão a partir de um contexto pré-histórico. Existe um período muito grande entre o presente e o passado que se busca entender. Os grupos estudados estão distantes no tempo e o seu patrimônio arqueológico é o elo de ligação entre os grupos do passado e nós. Esse patrimônio arqueológico, socialmente elaborado, é encontrado e de certa forma, precisa ser compreendido por ser parte da história de uma determinada região.

Na Arqueologia, a partir dos instrumentos deixados pelos grupos pretéritos, podemos entender situações e fatos de que não podemos recordar diretamente. A partir da materialidade podemos compreender aquilo que não é material, ou seja, o passado. O artefato materializa “concepções culturais das mais diversas que, a partir dele, possibilitam a compreensão de outros domínios que engendram a cultura, [...]”. Da mesma forma, na arte, no parentesco ou na religião os objetos são referências e, ao mesmo tempo, conseqüências da construção cultural” (SILVEIRA, 2005, p. 41).

### **O Patrimônio Arqueológico de Cruz Alta e a formação de identidades**

Partindo dessa noção de patrimônio arqueológico, podemos pensar no mesmo como construtor de identidade. Isso relacionado à história de um lugar, de um povo, etc. Quando se fala na história do município de Cruz Alta, o que se percebe é uma falta de informação e também preconceito no que diz respeito à ocupação do local em períodos anteriores à formação da cidade. Sítios arqueológicos pré-históricos foram encontrados próximos à área da Universidade de Cruz Alta e também próximos ao terreno onde se localiza uma casa de

passagem indígena. Nesses locais foram encontrados alguns materiais líticos lascados e polidos que comprovam a ocupação de grupos indígenas na região. Pedro Paulo Funari argumenta que

há falta de informação e de educação formal sobre o tema. Indígenas, africanos e pobres são raramente mencionados nas lições de História e, na maioria das vezes, as poucas referências são negativas, ao serem representados como preguiçosos, uma massa de servos atrasados incapazes de alcançar a civilização. Os índios eram considerados ferozes inimigos, dominados por séculos e isso pleno iure”(FUNARI, 2001, p. 26).

Jorge Najjar (2005, p. 358), complementa essa afirmação, dizendo que

É marcante a pouca atenção da escola diante dos elementos dessas culturas. [...]. Além do mais, o índio só é apresentado em relação ao português, e sua cultura é analisada com base no contraste com a do colonizador. A imagem de índio criada por essa instituição socializadora não tende a permitir que suas culturas sejam vistas como elementos vivos na constituição da cultura nacional (NAJJAR, 2005, p. 358).

É importante que se busque o entendimento da história não somente a partir de uma determinada visão. As sociedades indígenas foram as primeiras a ocupar a região, e devem ser mencionadas devido a sua importância na formação cultural da sociedade atual. Jacques Le Goff afirma que se reserva o nome de História para as visões ocidentais e não se reconhece outras maneiras de pensar a história [...] (LE GOFF, 1924, p. 65).

Graças à Arqueologia, podemos compreender o modo de vida dessas sociedades mais antigas. O registro arqueológico é fundamental para isso. Desde que ele apareceu deu-se mais importância ao estudo da pré-história e da história antiga (LE GOFF, 1924, p. 108). Sendo assim, a história indígena da região de Cruz Alta tem como ser melhor explorada e o conhecimento sobre as sociedades indígenas que ocuparam a região possa ser gerado.

Devemos pensar o patrimônio arqueológico pré-histórico como um elemento fundamental para o entendimento da história local e para a formação de uma identidade relacionada à cultura indígena. Segundo Tânia Andrade Lima

a noção de patrimônio arqueológico de fato como um bem comum pode estimular a coesão social através do fortalecimento de identidades, sejam elas étnicas, locais, nacionais ou mesmo supranacionais. Conferindo a deslocados o sentido de lugar e de pertencimento; inspirando orgulho étnico e cidadania. Restaurando auto-estima, respeito e dignidade onde eles foram perdidos, ela se transforma, sem dúvida, em um instrumento de emancipação” (LIMA, 2007, p. 6).

## Considerações Finais

Pensando a tradição como a relação entre o patrimônio arqueológico e a sua importância como elemento definidor de identidade, podemos ter uma noção bem mais ampla a respeito da história. Esse princípio é muito importante para a compreensão da história da região de Cruz Alta, pensada não somente a partir dos registros oficiais que dizem respeito à história do município, mas sim de toda a ocupação humana na região.

O patrimônio arqueológico pré-histórico será fundamental para o exercício de compreensão da ocupação pretérita na região. Esses vestígios são indicadores de cultura e o estudo desse patrimônio constitui novas memórias destes grupos pré-históricos. A investigação arqueológica do que permaneceu no tempo identificará, pelos fragmentos, estes grupos nestes lugares e responderá o inevitável, o legítimo interesse do presente, que é escrever a História de uma parcela esquecida na identidade atual de Cruz Alta.

## Referências

- COUTINHO, Eduardo G. *Os sentidos da tradição*. In: PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre (orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. *Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, 41, ½, 2001, 23-32.
- LE GOFF, Jacques, 1924, *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- LIMA, Tânia Andrade. *Um passado para o presente: Preservação arqueológica em questão*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 33 (Patrimônio Arqueológico: O desafio da Preservação). Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.
- NAJJAR, Jorge. O indígena e construção da idéia de Brasil: Reflexões sobre Patrimônio, Identidade e Cidadania. In: Habitus, v. 3. nº 2. p. 347 – 360. jul./ dez. Goiânia: 2005.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. *Por uma antropologia do objeto documental: Entre a alma nas coisas e a coisificação do objeto*. In: Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.
- TRIGGER, Bruce. *História do pensamento arqueológico*. Bruce G. Trigger: Tradução Ordep Trindade Serra; [revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado]. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

## Autor

### Fernando Silva de Almeida

Licenciado em História pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz), mestrando em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade de Pelotas